



3090 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

AS RELAÇÕES AUTORITÁRIAS E CORONELÍCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM RONDÔNIA
Ana Célia Privado dos Santos Bezerra - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir sobre as práticas autoritárias na educação escolar no Estado de Rondônia. O termo coronelismo é o conceito construído no Brasil para designar as relações de poder verticais reproduzidas historicamente pelas classes dominantes. As ações coronelísticas ainda estão presentes no poder público. Para compreender as relações do coronelismo estabelecidas na política e na educação escolar buscamos compreender como a implantação de políticas educacionais vem sendo impostas pelas agências financeiras internacionais e poder executivo do Estado de Rondônia no contexto da educação pública. O conceito de gestão democrática camufla as práticas de autoritarismo no sistema educacional. A pesquisa foi realizada com a aplicação do método do materialismo histórico dialético, pois ele possibilita conhecer a totalidade histórica e política do coronelismo nas relações autoritárias no sistema educacional.

AS RELAÇÕES AUTORITÁRIAS E CORONELÍCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM RONDÔNIA

Ana Célia Privado dos Santos Bezerra – UNIFR¹

RESUMO

O trabalho tem como objetivo discutir sobre as práticas autoritárias na educação escolar no Estado de Rondônia. O termo coronelismo é o conceito construído no Brasil para designar as relações de poder verticais reproduzidas historicamente pelas classes dominantes. As ações coronelísticas ainda estão presentes no poder público. Para compreender as relações do coronelismo estabelecidas na política e na educação escolar buscamos compreender como a implantação de políticas educacionais vem sendo impostas pelas agências financeiras internacionais e poder executivo do Estado de Rondônia no contexto da educação pública. O conceito de gestão democrática camufla as práticas de autoritarismo no sistema educacional. A pesquisa foi realizada com a aplicação do método do materialismo histórico dialético, pois ele possibilita conhecer a totalidade histórica e política do coronelismo nas relações autoritárias no sistema educacional.

Palavras-chave: Materialismo Histórico-dialético. Coronelismo. Gestão democrática

Introdução

Esse trabalho está pautado em uma abordagem metodológica que possibilita o entendimento da realidade em sua totalidade: o materialismo histórico-dialético. Este método permite, interpretar a realidade objetiva e subjetiva desvelando a essência do fenômeno educativo que pretendemos pesquisar. (KOSIK, 1926). Ao utilizar o método do materialismo histórico-dialético, buscamos aplicar suas categorias totalidade, contradição e práxis. A pesquisa realizada utilizou como instrumentos básicos a pesquisa bibliográfica e documental. Essas categorias nos ajudarão a compreender parte da concepção da dominação histórica das relações autoritárias no processo de implantação das políticas educacionais e no controle do trabalho docente nas escolas de Porto Velho.

O termo coronelismo é o conceito construído no Brasil para designar as relações de poder verticais reproduzidas historicamente pelas classes dominantes. Na Espanha esse fenômeno se chama caciquismo, na América Latina, gamonalismo e no Brasil Coronelismo. Para Souza (2014, p. 64), o Coronelismo não designa apenas uma categoria social e econômica, a dos latifundiários ou grandes proprietários agrícolas. Conforme Souza (2014), o gamonalismo não caracteriza apenas o problema da terra, senão toda uma estrutura hierárquica que vai gerar a organização do Estado que sustenta as relações de semisservidão, como explica Mariátegui (2008):

O termo *gamonalismo* não designa apenas uma categoria social e econômica: a dos latifundiários ou grandes proprietários agrícolas. Designa todo um fenômeno. O *gamonalismo* não está representado somente pelos *gamoneles* propriamente ditos. Compreende uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas, etc. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 54).

Buscaremos em nosso estudo compreender o coronelismo na História da Educação brasileira e, logo, sobre as relações sociais e econômicas que determinam os sujeitos históricos que dele fazem parte. Buscaremos compreender o fracasso das políticas educacionais impostas e financiadas pelas organizações financeiras internacionais inseridas na educação das massas e como isso vem sendo imposto nas escolas por meio dos programas governamentais.

Atuando como professora em escola pública em Porto Velho, observamos que o poder, no que diz respeito à descentralização do processo educativo, continua centralizado na figura do gestor e que as relações autoritárias na escola tem se fortalecido nos últimos anos, decorrente da implantação de algumas políticas educacionais. As formas como as políticas são implementadas e executadas apresentam um forte autoritarismo e controle político, ideológico e pedagógico do trabalho docente. Os professores são obrigados e se inserir em programas de formação, a utilizar livros, módulos e outros materiais didáticos impostos. Não possuem autonomia didático-pedagógica, não elegem seus gestores, entre outras formas de controle exercido pelo

Estado.

As práticas coronelícias ainda vigentes na política brasileira

A partir de 1889 a 1930, vive-se a República Velha. Nesse período o coronelismo se consolida como uma força de concentração de poder e autoritarismo nas mãos de donos de terras, pessoas bem sucedidas da época. "O coronelismo é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras." (LEAL, 1975, p 20).

É bom destacar que os coronéis eram pessoas com um alto poder aquisitivo, donos de posses e grandes latifúndios, que possuíam riquezas estimadas entre 200 mil réis de renda anual nas cidades e 100 réis no campo. Os coronéis eram grandes proprietários de terra e possuíam condições econômicas favoráveis para adquirir títulos militares. Esses títulos eram vendidos para indivíduos de posse, os chefes políticos. Então, a ostentação de título, poder econômico e influência política eram requisitos que contribuíam para que os trabalhadores fossem seus subordinados.

Esse sistema político do coronelismo era visto como uma forma de compromisso determinado entre o poder público e os grandes proprietários de terra. Um processo eficaz na relação e influência social dos senhores da terra, fortalecendo a estrutura política brasileira. Essa nova forma do sistema político brasileiro foi marcada pelo autoritarismo e tirania exercidos pelos chefes locais, que lideravam o ambiente rural. Ele surge a partir da formação da guarda nacional criada em 1831, como ressalta Leal (1975).

A guarda Nacional, criada em 1831, para substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabelecera hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre proprietários rurais. De começo, a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava a origem das investidas anteriores (LEAL, 1975, p XIII).

De acordo com Souza (2014) para compreender o coronelismo necessitamos relacioná-lo à semifeudalidade existente no campo e às analogias políticas instituídas a esfera do poder local, ressaltando que a semifeudalidade tem como atributos principais a grande propriedade, a semiservidão e o gamonalismo ou coronelismo.

Nestes termos Silva (2012) afirma que o coronelismo tinha como principal interesse defender os grupos dominantes e a manutenção do *status quo*, levava as pessoas não beneficiadas, mesmo de forma indesejada, a participarem deste sistema. Os coronéis exerciam o poder político e permaneciam unidos pela habilidade de mobilização eleitoral com o aumento do número dos eleitores a partir da República Velha, que se constituíam apenas em eleitores alfabetizados de sexo masculino e a maior parte residia no campo, facilitando o controle e as fraudes sobre o eleitorado.

Nesse contexto, Leal (1975), crítica o sistema eleitoral da época tendo como maioria a população rural, gente paupérrima, que dependia dos coronéis para custear suas despesas. Não obstante verifica-se que as populações do campo eram ativas no processo eleitoral, devido à miséria que viviam. Assim, não há que estranhar *os votos de cabresta*.

Nesse período, o fenômeno do coronelismo foi marcado pela manipulação, medo e exploração dos camponeses. Os coronéis eram os padres, os patrões, os juizes, que faziam uso de violências contra aqueles que não os obedeciam:

[...] o coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro - datado porque, embora aparecendo a apelação de 'coronel' desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da república: o mandonismo teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil (LEAL, 1976, p. 172).

Conforme Souza (2014), o coronelismo é símbolo de autoritarismo e remonta à colonização do Brasil. Ganhou força nos primeiros anos da República e se reforça ainda hoje, no conjunto de ações políticas locais, regional ou federal, por meio da dominação econômica e social, especialmente no exercício do poder político.

Analisa as trocas de favores, por exemplo, a alienação dos indivíduos enquanto acreditam que as políticas públicas promovidas são favores dos representantes que os elegeram.

As práticas coronelícias foram reformuladas e surge um novo modelo político, a democracia moderna. Observa-se que ocorre uma mudança na esfera política, os coronéis mudam de títulos nos dias atuais, são eles os empresários, os latifundiários, mas as práticas políticas não se divergem, só são impostas de forma escamoteada.

A sucessão do poder de forma hereditária é uma prática do coronelismo. O papel da família na perpetuação do poder na esfera política, nos dias atuais é extremamente atuante. Representantes políticos criam estratégias lançando filhos, parentes próximos, ou fazem uso de conchavos políticos com outros candidatos para continuar com a rotatividade do poder. O apoio político entre candidatos fortalece as oligarquias do sistema político do coronelismo:

[...] a implantação desse monopólio político, os governantes se veem no direito de subordinar os funcionários públicos, principalmente os temporários ditando suas regras e implantando sua maneira de governar a região. Sem estarem preocupados com o bem estar do povo. Isso se dar pela falta de legitimidade do sistema de votação, e pela forma alienada que a maior parte da população vive, forma essa que vem sendo imposta desde os primórdios, e que em momento algum nem um sistema político quis mudar, porque é mais cômodo para a classe dominante que os dominados aceite o que é imposto sem interogar e criticar. (TEODOSIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2005, p, 5)

Nesse sistema político se mascara as necessidades básicas dos menos favorecidos e o processo eleitoral camufla sob a capa da democracia burguesa representativa a mão pesada dessa mesma classe que se perpetua no poder político do Estado.

As imposições coronelistas nos dias atuais

Segundo Teodosio (2005) não existe autonomia do povo nessa esfera "democrática". Essa classe dominante brasileira não defende a soberania do país e se submete aos pacotes impostos pelas instituições financeiras internacionais, o que fica claro que as antigas práticas coronelícias estão impregnadas neste novo modelo político da república brasileira, mas de forma velada, e que o autoritarismo, a exploração, a desigualdade social, a repressão aos trabalhadores, o abuso do poder continuam. Ainda neste contexto defende Souza (2014, p 119):

[...] a crise do capitalismo burocrático e da ofensiva imperialista sobre todos os setores da sociedade brasileira, passamos a conviver com a transformação profunda: privatização de empresas estatais; gerenciamento de empresas públicas e privadas por grupos multinacionais; intensificação de empréstimos financeiros de organismos multilaterais como banco Mundial, FMI, etc. Para garantir o pagamento dos juros da dívida externa; estagnação do crescimento econômico; aumento do desemprego; implementação de políticas que subtraem os direitos dos trabalhadores, aumento das desigualdades sociais, destruição dos direitos sociais previstos na Constituição de 1988, adequado as leis do País e as políticas de Estado.

A democracia burguesa é uma nova roupagem para escamotear as velhas práticas e políticas do regime coronelista, sendo notório a sua permanência. Dessa forma, surge a reestruturação de uma nova ordem econômica e política, gerando a nova ordem cultural que se materializa nas ideologias formuladas pelas instituições financeiras internacionais, como o FMI, OMC, BIRD, e outros. Elencar o Banco Mundial como principal

organização financeira responsável pela propagação das ideologias imperialistas na atualidade é sem dúvida essencial. De acordo com Fonseca (2013), o Banco Mundial vem ganhando significativa importância na esfera política econômica e nas políticas públicas educacionais brasileiras desde 1990, tendo viabilizado medidas no âmbito educacional. Isso porque o banco vem promovendo um discurso de caráter humanitário, o qual retribui às aspirações de justiça social às dos países mais pobres, chamados de países "em desenvolvimento". Essas agências internacionais se utilizam dessas práticas coronelícias, de forma "moderna" (SOUZA, 2014, p120).

O Banco Mundial vem impondo seus aparelhos ideológicos na esfera educacional, através de investimentos e empréstimos destinados às políticas educacionais por meio do discurso de combate à pobreza, usando destes para mascarar seu sistema controlador sobre as populações dos países semicoloniais. Nesse sentido, afirma Souza (2014, p, 123):

As relações educacionais passam a serem também relações mercantis. A escola deve funcionar como uma empresa capitalista e servir ao mercado na produção de mão-de-obra barata, qualificada e semisservil que garanta maior produtividade ao capital monopolista. Na verdade, a educação passou a ser entendida como investimento, pois ela prepara recursos humanos para atender ao mercado capitalista.

Observamos que o Banco Mundial tem como estratégia econômica o campo educacional, a transformação da escola em produto de mercado e a serviço do mercado. Propagam por meio das políticas educacionais conceitos como: equidade, solidariedade e cooperação internacional, qualidade total, autonomia, excelência, eficácia, flexibilidade, capital humano, descentralização, poder local, formação abstrata e polivalente, participação civil, ensino com novas tecnologias e superação da pobreza. Partindo dessas definições e da filosofia utilitária, que é sobreposta na educação, subordina as exigências do mercado.

A República do Brasil vem sofrendo transformações no sistema político, o que dá início a várias nomenclaturas, porém, a opressão, autoritarismo é cada vez mais utilizado pelas classes dominantes sob o discurso de democracia. A soberania popular não deixa de ser uma falácia utilizada na democracia burguesa, pois, afinal, não existe.

As relações coronelícias estabelecidas na educação escolar mediante a implantação de políticas educacionais

O coronelismo não é algo do passado. As práticas governamentais continuam escamoteadas, mascarando os blocos dominantes dos chefes políticos, maioria latifundiária. Muda-se apenas o nome do regime político, utilizando-se de um novo discurso de referência, de equidade, de poder. Baseado nos princípios da soberania, ela é condicionada, limitada.

Compreender o novo contexto político, em uma nova esfera, é essencial para entender o surgimento das tomadas de decisões mais importantes, feitas pelas organizações financeiras internacionais.

As políticas públicas educacionais agenciadas pelo Banco Mundial e se efetivam nos programas implantados na educação, por meio da imposição existente na esfera do poder local. Segundo Libâneo (2012), essas políticas educacionais inseridas na esfera escolar, fazem parte do pacote das medidas viabilizadas pelas reformas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais.

Observa-se que a partir da implementação das políticas públicas educacionais, ofertadas pelas instituições internacionais financeiras os professores perdem sua autonomia. Neste contexto o professor passa ser um mero cumpridor de tarefas e torna-se responsável pela escola manufatureira, perdendo a autonomia. Isso ocorre nesse sistema dito democrático, que não passa de um novo modelo, mascarando as antigas regras impostas. Desta forma, afirma Alves (2006, p. 233):

Não pode passar sem registro uma incompatibilidade que cerca o trabalho dos educadores em nossos dias, decisiva para a preservação das atividades e de seus pensamentos aferrados ao passado. As condições objetivas e subjetivas da educação escolar guardam correspondência entre si, e, por isso, preservam uma tensão que desvia os educadores do essencial e contribuem para reproduzir a escola manufatureira. Objetivamente, a materialidade escolar impõe aos educadores uma prática.

Percebe-se que as relações autoritárias na escola têm se fortalecido nos últimos anos, decorrente da implantação de algumas políticas educacionais. As formas como as políticas são inseridas e executadas apresentam um forte autoritarismo e controle político, ideológico e pedagógico do trabalho docente. Os professores são obrigados e se inserem em programas de formação, forçados a utilizar livros que não foram escolhidos pelo corpo docente, módulos e outros materiais didáticos impostos, etc.

Portanto, o que se vê na esfera educacional é um ambiente repressor, com regras impostas pelas classes dominantes, efetuando práticas coronelícias em um sistema antidemocrático, com máscara de democracia. O setor educacional vem sendo um lugar aonde as estratégias das organizações financeiras internacionais vêm sendo colocada em prática para controlar os menos favorecidos, com discursos humanitários, de igualdade e equidade.

A gestão democrática e a negação concreta desse direito no ambiente escolar

A legislação adota mais amplamente a necessidade de estabelecer e ampliar os princípios de convivência e de gestão democrática na escola, de modo que se estendeu por todo o país a exigência da participação, tanto da comunidade escolar (pais, alunos, educadores, funcionários e gestores), como da população que vive no entorno dessa (comunidade local). Dessa forma, acabou reconhecendo mais vastamente essa necessidade de construir e desenvolver os princípios de convivência e de gestão democrática na escola. De acordo a LDB n. 9.394/96, art. 14, há dois princípios que regem a gestão democrática: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação da comunidade escolar e local em conselhos de escola ou equivalente.

Neste contexto, percebe-se que a gestão compartilhada é marcada pela participação da comunidade escolar e local nas tomadas de decisões, no acompanhamento do processo de gestão, com intuito da qualidade de ensino e exploração da democracia participativa. Desta forma, segundo Libâneo (2005, p. 139), a "participação significa a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola".

Nesse sentido, a participação constitui uma das bandeiras fundamentais implementadas pelos diferentes sujeitos que constroem o cotidiano escolar. No processo de democratização do ensino, a comunidade escolar ganha um grande papel na participação e tomada de decisões no âmbito escolar, pais, alunos, servidores, e gestores compartilham a gestão. Alguns autores defendem a ideia que a autonomia da comunidade escolar e local, no conselho escolar não existe. Segundo Paro: "Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública da educação básica que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerada uma utopia." (PARO, 2000, p. 9).

A gestão partilhada no setor educacional público da educação básica tornou-se uma retórica política, não tendo veracidade no que tange a Constituição e LDB. No que se propõe a participação da sociedade civil dos conselhos de escola, observa-se que membros do colegiado são leigos, no que se menciona às competências e atuações coletivas, que não são mais que atores coadjuvantes na gestão dos conselhos. Suas ações não são levadas a sério pela comunidade escolar, sendo assim não participam de fato do processo democrático. Muitos aceitam a participar somente para constituir o colegiado, como bem pontua Gohn (2006, p. 33): "Como elo mais fraco do poder, eles participam para compor, para dar número e *quorum* necessários aos colegiados, contribuindo com esse comportamento para não construir nada e nada mudar."

Diante disso, percebe-se que sujeitos da comunidade local, não são preparados para atuar como membros dos colegiados, não possuem conhecimento do seu papel e sua responsabilidade diante da democratização das escolas públicas, assim enfraquecendo o processo de autonomia da escola. Se a sociedade não é democrática, não se educa, nem se exercita a participação. A participação é apenas uma formalidade.

Na esteira do processo de redemocratização algumas metas foram traçadas, entre elas sem dúvida alguma merece destaque a defesa da eleição direta para a escolha dos diretores de escola. A gestão democrática foi implantada por meio de lei específica, mas revogada sem mesmo se efetivar. Ressalta-se que, para estabelecer uma eficácia na prática administrativa, a participação coletiva da sociedade civil é fundamental e também condição

para a democratização do ensino público e de qualidade, como bem coloca Colares (2003, p. 95): “sem dúvida, nos locais onde há administrações populares, este processo evolui mais rápida e intensamente, pois existe um ambiente mais propício e acolhedor para tal prática”.

Destaca-se que o discurso de gestão democrática do ensino publica da rede estadual de Rondônia vem sendo desfeito, pois em 2015, os professores e toda comunidade escolar de todo o Estado foram surpreendidos pela bancada da Assembleia Legislativa, que aprovou o Decreto Legislativo 613/2015, que suspende a execução do inciso X do art. 2º e do inciso II do art. 9º da lei nº 3.018, ou seja, diretores de escola pública em Rondônia não mais serão escolhidos através de eleições democráticas pelos professores, pais e alunos da sua escola como prevê a lei 3.018 de abril de 2013 que trata da *Gestão Democrática*.

Verifica-se que, o Poder Executivo do Estado de Rondônia, sutilmente vem desmontando a frágil Política de Gestão caracterizada de Gestão Democrática no ensino público. O exemplo disso é a alteração feita pelas autoridades políticas do Estado de Rondônia, como ocorreu na lei nº 3.018, que suspende os incisos dos artigos 2º e 9º, lei que estabelecia a gestão democrática nas escolas, as eleições diretas de diretores pela comunidade escolar e local.

Outro fator de extrema importância no processo de avanço das relações autoritárias é a Implementação do Projeto de Militarização nas Escolas Públicas Estaduais no Estado de Rondônia que é um política para fragmentar o ensino público com amarras ideológicas, políticas, repressoras.

As instituições educacionais militarizadas são impostas pelo poder público estadual e gerenciadas por militares, indicados por políticos do Estado, passando por cima da autonomia da comunidade escolar. Nesse novo modelo os Conselhos Escolares, que é um dos mecanismos da gestão democrática, vem sendo substituídos pelas as associações de pais e mestres – infringindo a Lei 9.394/96.

Inicia-se aqui o processo de repasse de algumas escolas estaduais para a gestão militar. O Governador Confúcio Aires Moura, decretou e sancionou a lei de nº 4.058, de 15 de maio de 2017, que autoriza a criação das Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM, e dá outras providências:

Art. 1º. Fica autorizada a criação, por ato do Chefe do Poder Executivo, de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, nos moldes da Lei Estadual nº 3.161, de 27 de agosto de 2013, as quais passarão a integrar a estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A criação das Unidades do CTPM previstas no *caput*, deste artigo, poderá ocorrer, inclusive, por transformação de escolas estaduais já existentes e em funcionamento, em Colégios da Polícia Militar, com sua consequente transferência para a estrutura organizacional da PM. (LEI DE Nº 4.058, de 15 de maio de 2017).

Para entender esse processo se faz necessário conhecer os textos que serviram como justificativas apresentadas na indicação de nº 3105/2016 de autoria do Deputado Estadual Jesuíno Boabaid ao Poder Público Estadual para indicações da gestão militar das respectivas escolas no município de Porto Velho:

A presente Indicação tem a finalidade de sugerir ao Estado de Rondônia, a implantação da militarização Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Capitão Cláudio Manoel da Costa, localizada no Bairro Cidade do Lobo e Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Osvaldo Piana, localizada no Bairro Nacional, nesta capital, tal iniciativa visa conter a violência praticada por estudantes nas dependências das instituições de ensino, bem como valores de hierarquia, disciplinar, baixo desempenho nos estudos, frequência, sendo essencial no ambiente escolar. Outrossim, a gestão da Escola pública pelos militares não alcança apenas a escola, mas como toda a comunidade em que a mesma está inserida, tendo em vista que a escola é espaços de aprendizagem, de formação de cidadania, de construção de valores e atitudes para democracia. Insta salientar, ainda, que nos demais Estados Federativo a já estão adotando o modelo de gestão militar, obtendo diversos fatores positivos, por exemplo, o desenvolvimento da educação. básica, ou seja, aumento da disciplina, bem como, o desempenho dos alunos no estudo. (PROTOCOLO Nº 3105/2016, DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID).

Nesta vertente a militarização vem sendo imposta em municípios do Estado de Rondônia de forma acelerada e autoritária. O governador do Estado de Rondônia assinou outro decreto nº 21.968, de 22 de maio de 2017 contribuindo para expansão das unidades militares no Estado:

Art.1º Ficam criadas 3(três) Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM, por transformação das Escolas Estaduais em Colégio Militares, conforme especifica: I Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM III, por transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Alves Mendes filho, localizada no município de Ariquemes; II Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM IV, por transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlio Guerra, localizada no município de Ji-Paraná; e III Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM III, por transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Zilda da Frota Uchoa, localizada no município de Vilhena.

Está evidente a expansão e o fortalecimento da transferência das Escolas Públicas para Escolas Militarizadas. Ainda nesse panorama a gestão estadual traz a tona outro decreto firmando o repasse da Escola Estadual Capitão Cláudio da Costa em Porto Velho, para a Polícia Militar. É o Decreto de nº: 21.977, de 23 de maio de 2017, que dispõe:

Art.1º: Fica criada a Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar-CTPM, denominada Colégio Tiradentes da Polícia Militar – CTPM VI, localizada no município de Porto Velho, por transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Capitão Cláudio Manoel da Costa, sendo ela a quarta escola a ser militarizada, as outras estão localizadas no interior do Estado de Rondônia. (DECRETO DE Nº21.977, de 23 de maio de 2017,

Esse momento vem sendo marcado por um processo de resistência à Implantação do Processo de Militarização. A comunidade escolar e local nesse período mobilizou-se contra a imposição do Estado. Diante de todos os conflitos gerados pela militarização da Escola Estadual Capitão Cláudio Manoel da Costa entre comunidade escolar, local e governo. A população rondoniense é surpreendida pelo Governo do Estado de Rondônia que pública no diário oficial:

O Decreto nº 22.135, de 25 DE JULHO DE 2017 QUE DECRETA:

Art.1º Fica criada a Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar- CTPM denominada Colégio Tiradentes da Polícia Militar- CTPM VII, localizada no município de Porto Velho, por transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manaus. Art.2º A Secretaria de Estado da Educação-SEDUC e o Comando-Geral da Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar terão o prazo de 90(noventa) dias após a publicação deste Decreto para adotarem as medidas administrativas necessárias com vistas ao pleno funcionamento da Unidade Educacional criada em consonância com a legislação educacional vigente (Decreto nº 22.135, de 25 DE JULHO DE 2017).

Nesse breve percurso, ficam manifestas as leis que regulamentam a militarização das Escolas Públicas Estaduais no território rondoniense. O que esclarece a compreensão na expansão e fortalecimento da gestão militar. Assombroso é perceber que a vicissitude dessa nova concepção de educação, remodelada pelo Estado que emana o controle ideológico da sociedade.

Nesse sentido, o Estado toma as instituições Públicas de Ensino Estaduais e repassa aos militares, retirando uma pequena parcela do seu ofício laboral, onde desempenham atividades ostensivas na sociedade. Dessa forma os problemas pedagógicos deixam de ser responsabilidade da comunidade escolar (gestor, coordenador, supervisor e professores), para ser atribuída à polícia militar do Estado de Rondônia.

A militarização é imposta com práticas autoritárias às escolas de periferias, um projeto intencional para controlar e submeter à classe trabalhadora ao Estado.

Nota-se que o poder executivo vem transformando as escolas públicas em um ambiente repressor, de militarismo, de opressão. São características rigorosas do autoritarismo, fundamentado nas práticas coronelícias presentes no campo educacional.

Os processos de controle e de fascistização da educação vêm crescendo sob o manto da democracia burguesa a passos largos, o que exige de nós

pesquisadores, investigação profunda sobre o fenômeno de forma a elucidar a totalidade das relações que as produzem e as formas de resistência necessária.

Nessa linha, Souza (2014), entende que a participação dos sujeitos poderia ser importante ferramenta de construção democrática, porém isso é improvável, diante de formas autoritárias de uma educação.

A escola pública poderá contribuir significativamente para a democratização da sociedade, como também ser um lugar privilegiado para o exercício da democracia participativa, para o exercício de uma cidadania consciente e comprometida com os interesses da maioria socialmente excluída ou dos grupos sociais privados dos bens culturais e materiais produzidos pelo trabalho dessa mesma maioria. Há de se mencionar que a escola acima apresentada é uma utopia na esfera educacional brasileira, ela não pode se desenvolver na sociedade atual, mas é um importante espaço de luta, conforme afirma Souza (2014).

[...] Não vamos construir uma nova escola no seio do capitalismo burocrático. Mas entendemos, também, que devemos travar uma luta dentro da escola oficial burguesa, como estratégia de construção de uma sociedade de nova democracia (SOUZA, 2014, p 300).

Ainda nesse contexto Mariátegui (2008) afirma que para haver a democratização do ensino, é preciso democratizar a economia e não democratizar sua superestrutura política. É preciso romper com as ações do coronelismo e as imposições das agências internacionais financeiras na esfera educacional.

Considerações finais

Embora o coronelismo seja uma prática antiga, nos dias atuais há relações coronelícias e se manifestam de diversas formas, através das imposições das agências internacionais de financiamento, pelas relações autoritárias no ambiente escolar, etc. As políticas públicas educacionais se efetivam nos programas implantados e no âmbito da educação, por meio da imposição existente na esfera do poder local. Assim a comunidade escolar e local é obrigada a cumprir as regras impostas pelo sistema, perdendo sua autonomia como sujeita.

Nota-se que a democracia no capitalismo é uma farsa e tem como objetivo impor as regras estabelecidas pelos órgãos do imperialismo, já que o povo não possui autonomia sobre as decisões na república brasileira.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas, São Paulo: Associados, 2006.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC, SEB, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/Acesso>.

COLARES, A. A.; COLARES, M. L. I. S. **Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa: histórica e gestão educacional**. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. Decreto Lei nº 3.161, de 27 de agosto de 2013; Regulamento o artigo 22. Das disposições Constitucionais do Estado de Rondônia, dispoendo sobre o Colégio Tiradentes da Polícia Militar e dá outras providências. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L3161.pdf>.> Acesso em 22/05/2018 às 20h53min.

_____. Decreto Lei nº 3.363, de 26 de maio de 2014; dispõe sobre a criação <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L3363.pdf>> Dispõe sobre Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia e dá outras providências. Acesso em 22/05/2018 às 20h54min.

_____. Decreto Lei nº 4.058, de 15 de maio de 2017; que "autoriza a criação de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar- CTPM, e dá outras providências. http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/05/Doe-15_05_2017.pdf>. Acesso em 22/05/2018. 20h55min

_____. Decreto Lei nº 21.977, do dia 23 de maio de 2017; Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidade do Colégio Militar-CTPM, <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D21977.pdf>RONDÔNIA. Acessado 22/05/2018. 20h56min

_____. Decreto Lei nº 4.113, de 18 de julho de 2017; Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/01/Doe-10_01_2017.pdf. Acessado 22/05/2018. 20h56min

FONSECA, Marília, **O Banco Mundial e a Gestão da Educação Brasileira**:In: Gestão democrática da Educação. Org. Oliveira, Dalila Andrade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2013.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010.

SOUZA, Marílsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TEODOSIO, Sheila de Sousa; OLIVEIRA, Gregório de Oliveira; RODRIGUES, Raissa Araújo de Souza. **Coronelismo: práticas sociais ainda vigentes na república brasileira. VII CONNEP 2012**

[1] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UNIR.